

Saudação ao Professor Otávio Velho em Razão da Concessão do Título de Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro

*Moacir Palmeira**

Magnífico Reitor, Professor Aloísio Teixeira.
Excelentíssimos Senhores Pro-Reitores e demais membros do
Conselho Universitário da UFRJ
Excelentíssimo Senhor Diretor do Museu Nacional, Profes-
sor Sérgio Alex.
Meu caro colega Professor Otávio Guilherme Cardoso Alves
Velho
Demais membros da mesa
Demais autoridades presentes
Senhoras, senhores,

Há lugares comuns próprios a cerimônias como esta que
não podem ser omitidos, por traduzirem estados de espírito
de seus participantes que transcendem a simples formalidade.

* Antropólogo, docente do Programa de Pós-Graduação Antropologia Social do
Museu Nacional/UFRJ, pesquisador do CNPQ e membro do Núcleo de
Antropologia da Política (NUAP).

Começo, pois, declarando a honra (que talvez devesse ser atribuída a alguém mais graduado) e a emoção (que tem raízes mais profundas que a situação que estamos vivenciando neste momento) com que aceitei essa missão. Os colegas talvez tenham estranhado, avesso que sou ao desempenho de performances em grandes rituais, um traço do que o homenageado costumava em outras épocas definir como o meu “anarquismo”, que não tenha havido relutância da minha parte em fazer esta saudação ao Professor Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho nesse seu retorno formal ao Museu Nacional, como Professor Emérito.

Afastadas as hipóteses deste novo cardeal ser saudado por um outro cardeal, como o nosso prezado Professor Arnaldo, ou pelo nosso decano, Professor Gilberto Velho, seu irmão, pareceu-me que seria eu a pessoa mais indicada para fazê-lo. Não por qualquer pretensão hierárquica ou de “provetude” (o termo, Otávio já deve ter percebido, foi cunhado em homologia ao “concretude” do nosso padre Mrvack, da PUC dos anos 60). Nem saber (que sempre é relativo) nem idade (ainda tenho uma boa reserva de anos até a compulsória) me autorizariam a tanto. Simplesmente, dos da casa, sou o que acompanha o Otávio há mais tempo. Há exatos quarenta e seis anos caminhamos juntos, compassados, descompassados, afinados, desafinados, concordando, discordando, mas sempre por perto.

Na Escola de Sociologia e Política da PUC conheci o Velho, que era como Luiz Antonio Machado da Silva, outro companheiro de viagem, o chamava; o Tavinho, como foi adotado pelo grupo que girava em torno de nosso amigo Sérgio Lemos (e é do Tavinho que os da minha família de origem e meus amigos de Alagoas até hoje pedem notícias); o Guilherme, de Gilberto, de Dona Dulce, do General e de todos os Cardoso e Velho que, aos poucos eu iria conhecendo. Estávamos juntos na sala de aula, nas “aulas particulares” que tomávamos com Gláucio Ary Dillon Soares e Geraldo Semenzato, para suprir o que considerávamos as deficiências da escola; nas conversas e discussões infundáveis na casa de Sérgio; na preparação dos trabalhos de grupo;

e, no final do período, nos seminários na casa de Cândido Mendes, nosso professor de “Teoria das Revoluções”, para discutir os destinos do país. Mas também nas festas, no chopp do Zepellin, nas pequenas excursões de fim de semana (como aquela a Teresópolis em que fomos surpreendidos pela renúncia de Jânio Quadros).

Juntos estivemos na política estudantil, nas disputas pelo diretório acadêmico (o CARP – o premonitório Centro Acadêmico Roquete Pinto) e o DCE; acompanhando as atividades da UME e da UNE, participando de manifestações de rua, panfletagens, congressos e de todas as atividades em que se envolviam estudantes universitários em períodos de forte efervescência política. A ESP, na época, tinha uma preocupação especial com a formação de elites intelectuais e políticas e era vista por muitos como uma espécie de cursinho preparatório para o Instituto Rio Branco. Nossa turma (e aqui a marca de Sérgio Lemos foi muito forte) optou pela defesa da “profissionalização” e o combate à “cultura de punho de rendas”. Ao mesmo tempo, contra a idéia de uma aventura passageira de juventude, defendíamos um engajamento mais profundo com as idéias de esquerda. Tanto quanto a militância, o estudo era fundamental. Assim, os mais militantes eram também os melhores alunos, o que nos enchia de “autoridade” para reivindicar coisas da direção da escola.

Compartilhadas foram também nossas primeiras experiências de pesquisa e de emprego. Foram tantas que não sei se consigo enumerá-las todas. Aplicamos questionários para o IBOPE, que na época tinha como um de seus diretores um ex-aluno da ESP. Fomos entrevistadores das pesquisas de Gláucio e Semenzato em favelas da zona sul e da zona norte do Rio. Logo no primeiro ano da escola, rodamos um mês pelo interior de Alagoas (com Sérgio Lemos, Chico Paiva Chaves e Luiz Antonio Machado) numa pesquisa sobre retorno de migrantes, coordenada pelo Padre Ávila, diretor da Escola. Trabalhamos juntos em mais de uma pesquisa no Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais, dirigido por Manuel Diegues Junior e que viria a ser o IUPERJ, de Cândido Mendes.

Juntos passamos na seleção para o Instituto de Ciências Sociais da Universidade da Bahia, de Thales de Azevedo, em 1962 (Machado, Sérgio Lemos e eu fomos; Otávio preferiu ficar no Rio); juntos concorremos a bolsas para a França em 1966 e fizemos a seleção para a Flacso. Mais uma vez, Otávio preferiu permanecer no Rio, enquanto eu seguia para Paris; e ambos abrimos mão da bolsa do Chile, o que Gláucio, então diretor da escola, custou a perdoar-nos.

Nossos primeiros artigos saíram numa mesma revista – *Cadernos Brasileiros* – fruto de contatos de Otávio. Como também nossas primeiras incursões editoriais: Otávio, Antonio Roberto Bertelli (estudante de Ciências Sociais de Minas que precisou vir passar uns dias no Rio e hoje é figura destacada do mundo editorial paulista) e eu criamos uma coleção – “Textos Básicos de Ciências Sociais” que, adotada por Jorge Zahar, amigo dos Velho e homem afeito a desafios – acabou desempenhando um papel importante.

O golpe de 1964 surpreendeu-me como aprendiz de professor no ICS, em Salvador. Voltei no primeiro vôo que foi liberado para o Rio. Otávio, que então era presidente da Executiva Nacional dos Estudantes de Ciências Sociais, me recebeu no Santos Dumont, desfez minhas ilusões de que havia resistência no Rio ou mesmo no sul (Jango já estava no Uruguai) e levou-me ao encontro de Machado e outros colegas da Escola, em casa de uma pessoa amiga. Aceitamos formar um grupo de discussões, assistidos por um combatente do então principal partido de esquerda do país. A experiência durou pouco; o “assistente” precisou afastar-se. “Órfãos de pai e mãe”, lançamo-nos nós próprios na tarefa de criar uma rede de resistência democrática, envolvendo remanescentes de diferentes organizações políticas que atuavam no meio estudantil, incluindo, depois, outros setores. Durante dois anos, recrutando quem se podia recrutar, inclusive nossos irmãos mais novos – e até D. Dulce, mãe de Otávio e Gilberto, que usava a janela de seu analista para jogar nossos panfletos – conseguimos (pelo menos assim pensamos na época) ajudar a manter acesa a chama da democracia.

No final de 1966, eu partia para a França e Otávio começava a trabalhar no Museu Nacional, com Roberto Cardoso de Oliveira, a quem iria sugerir que me puxasse para o Museu. Feito e aceito o convite, foram mais trinta e cinco anos de convivência com Otávio. Trinta e cinco anos de discussões intelectuais e políticas, de cursos dados juntos, de enfrentamento das crises de sobrevivência do PPGAS.

Tanta proximidade pode levar alguém que compartilhe do udenismo de origem, comum a mim e ao Otávio, a questionar a propriedade da minha indicação para saudar o homenageado. Há sempre o risco de “conversa de compadre”. Se se tratasse apenas de amizade, a objeção seria pertinente. Mas há algo mais forte em jogo: esses anos de convivência não se fizeram apenas de convergências. As divergências que tivemos e as diferenças que construímos foram tão importantes quanto a solidariedade que trocamos; e a confiança recíproca que se criou desdobrou-se em confiança acadêmica (sabemos ambos que o outro não tolera transações que sacrifiquem o critério de verdade que envolve todo conhecimento) e confiança política (sabemos ambos que o outro não tolera que divergências sacrifiquem a dimensão ética de toda transação), o que faz com que “confiança pessoal” aqui signifique algo muito maior que favores ou concessões entre “boas praças” (para usar uma gíria que deve ter a nossa idade). Ao longo de todos esses anos, não faltaram discordâncias acadêmicas, políticas e creio que até pessoais entre nós e, quando elas ocorreram, foram explícitas. Ao mesmo tempo, não houve divergência capaz de fazer desaparecer o diálogo – um diálogo fundado na confiança – por que sabemos ambos, a essa altura da vida, para falar em “nordestinês”, “onde amarramos as nossas éguas”.

Por isso mesmo, não estou fazendo qualquer concessão ao afirmar aqui, diante de vocês, que, se emergência faz sentido (e eu acredito que sim), esta se justifica duplamente. Em primeiro lugar, pelas razões (já elas quádruplas) enunciadas pela comissão do Departamento de Antropologia que propôs a concessão do título: sua atuação como professor e orientador de alunos da pós-graduação de antropologia social;

sua atuação como pesquisador e autor de uma vasta e importante bibliografia; sua atuação na política acadêmica e na política científica no país; e sua participação na vida pública do país “em defesa dos valores democráticos e direitos humanos”.

De sua atuação como professor, fala a qualidade e a diversidade de seus cursos, bem conhecidos de todos e, naturalmente, a qualidade das dissertações e teses de seus orientados (muitas das quais publicadas) e os rumos profissionais que viriam a tomar.

Da produção intelectual de Otávio, seria impossível falar nesses benditos vinte minutos. O PPGAS está programando um seminário no início do próximo ano com essa finalidade. Apenas, gostaria de dizer duas palavras para os que não são da área ou não têm maior familiaridade com sua obra. Sua tese de doutorado, produzida e defendida em Manchester, em meio à angústia das ameaças políticas que pairavam sobre Otávio (que respondia a processo na Justiça Militar, por, como tantos brasileiros, discordar do regime ditatorial), foi uma interpretação absolutamente inovadora da história brasileira. Pela primeira vez, essa história era vista a partir da fronteira; pela primeira vez se adotava uma perspectiva comparativa com o distante, com o diferente (Estados Unidos e Rússia) e não com a vizinhança; pela primeira vez, se pensava no capitalismo brasileiro não apenas por sua referência econômica, mas se via o autoritarismo como inerente ao seu perfil. Otávio faz questão de assinalar, nos seus textos, sua dívida intelectual para com o historiador Barrington Moore Jr. Mas, modestamente, esquece-se de dizer que para B. Moore o campesinato é estratégico mas não é ativo, enquanto que na sua própria análise ele é ativo e diferenciado. Muitos anos depois e muita coisa de peso produzida pelo meio, o seu “Cativo da besta-fera” teria impacto semelhante. Querendo, nas suas próprias palavras, levar a questão do simbolismo a sério e persegui-la até suas implicações últimas, Otávio iria mostrar que, antes da referência a uma ou algumas situações empíricas concretas, estávamos diante de uma referência bíblica, presente na visão de mundo dos camponeses, mais do que simplesmente analógica,

“atingindo o nível das crenças e atitudes profundas”. “Viradas” (nosso homenageado não simpatiza muito com as “rupturas”) como essas servem como ilustração rápida dos vespeiros que Otávio futucou com suas investigações e com seus textos.

De todos os da turma “Florestan Fernandes” – e Otávio foi nosso orador – Otávio era, sem dúvida, o de mais definido ethos acadêmico e o que melhor vislumbrava o que poderia vir a ser a atividade que nos aguardava. Não sei se ele ainda se lembra do espanto que nos causou, num desses papos de jovens sobre o futuro, antiimperialistas radicais que éramos, quando disse que gostaria de aposentar-se como professor universitário em alguma boa mas não muito grande universidade numa pacata cidade do meio-oeste dos Estados Unidos. O modelo podia não ser o melhor mas dava uma idéia do que ele atribuía à atividade propriamente acadêmica, para além dos projetos políticos ou outros. Creio que essa atitude viria a marcar toda a vida de Otávio, que dedicou uma parte significativa de suas energias à luta por viabilizar instituições universitárias e por garantir a adoção e a implementação de políticas científicas adequadas. Aqui dentro do Museu, talvez por ter participado da transição do Museu dos naturalistas ao Museu dos professores universitários, foi dos que, no PPGAS, mais se preocuparam em manter a comunicação com os outros setores do Departamento e com os colegas de outros departamentos. Na Universidade, sua atitude foi a mesma no relacionamento com os colegas de outras áreas. Os conselhos de que participou, a presença e os cargos na ANPOCS, SBPC, onde foi um dos criadores da Ciência Hoje, são exemplos eloqüentes desse envolvimento. E, para sorte nossa, a “tranqüilidade” da aposentadoria do nosso *scholar* está sendo vivida não no meio-oeste, mas em lugar muito melhor, em Paquetá, ao lado de Stella, aqui pertinho. Isso facilita o seqüestro (não o do mesentério, que tanto impressionava o Machadinho) mas o seqüestro da emergência, pois, mais do que nunca sua presença é necessária e desejada nesta casa.

Em segundo lugar, a emergência se justifica por aquilo que Otávio representa para o PPGAS, para o Departamento de Antropologia, para o Museu Nacional e para a Antropologia Social no Brasil. Aluno da primeira turma do primeiro mestrado de Antropologia Social do país, o nosso PPGAS, Otávio foi o primeiro a defender sua dissertação e receber o título de mestre em antropologia e seria o primeiro professor desse PPGAS formado pelo PPGAS. Se a emergência de Castro Faria representou o reconhecimento da antropologia que brotou no Brasil do pós-guerra, profissionalizada, com uma associação científica própria; a concessão do título de Professor Emérito ao Prof. Otávio Cardoso Alves Velho – que eu gostaria, e creio que todos nós gostaríamos, de ver completada pela concessão do título de doutor honoris causa a Roberto da Matta; e, evidentemente, a Roberto Cardoso de Oliveira, se o IFCS, por uma feliz iniciativa de Stella Amorim, já não o houvesse feito – é a concessão da emergência à antropologia social que se vai construir no Brasil a partir do Museu Nacional desde finais dos anos 60 e da qual Otávio, por sua participação ativa, nas mais diferentes posições que aí ocupou – de aluno a professor titular; de bolsista a coordenador e chefe do Departamento – em todos os momentos e pela qualidade da sua obra é possivelmente o melhor símbolo.

Assim, nessa posição meio troncha, ou pelo menos curiosa, de estender o tapete (vermelho, certamente) para essa reentrada na Casa de quem há 46 anos me abriu as suas portas, em nome dos colegas do Programa de Antropologia Social, do Departamento de Antropologia e do Museu Nacional no seu todo, só me resta dizer: seja bem vindo, caríssimo colega, acrescentando, em meu próprio nome: que bom que você continua, Otávio; vamos continuar nossas arengas, amigo Velho. Quem sabe, ensinar a divergir não seja útil nos dias que correm?

E, para encerrar, antes de esgotar os 20 minutos que me foram tão “recomendadamente” atribuídos, me penitenciar de não haver me lembrado a tempo de sugerir a nossa colega e amiga Adriana Vianna, que tanto trabalhou para a realização deste evento, que incluísse entre as bebidas do

coquetel de que logo iremos usufruir o famoso café com chocolate que nos servia D. Dulce nos idos dos 60 e que minha prima Genoveva insiste em copiar, sem conseguir, esquecendo-se que receita não dispensa a mão e que toda mágica tem seu tempo certo. Hoje, aqui, tenho certeza que ela teria sucesso.